



AS FACES DO FASCISMO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO*

John Kenendy Ferreira*
Saulo Pinto Silva**
Zulene Muniz Barbosa***

Resumo

O fascismo surge numa profunda crise do capitalismo, na década de 1920, na sua forma neoliberal. Havia uma grande incapacidade da classe dominante em manter a hegemonia da sociedade; e é nessas fases de crise que se criam espaços para que forças de extrema direita se organizem e se apresentem como alternativa de poder. O estudo do fascismo como ele se apresentou no passado e como se apresenta no presente é o tema central desta mesa: pensar o fascismo atual, como sugere Alain Badiou, como "democrático", dado que as instituições na aparência funcionam normalmente e elucidar, nessa fase de uma globalização excludente, que atinge sobretudo os trabalhadores e que comporta regimes na sua forma fascista. Esses parecem ser temas para serem estudados com afinco.

Palavras-chave: Democracia; fascismo; trabalho.

THE FACES OF FASCISM IN THE CONTEMPORARY WORLD

Abstract

Fascism emerges in a deep crisis of capitalism, as it did in the 1920s, and also at this moment, when the crisis of capitalism in its neoliberal form is deepening. The dominant class is unable to maintain the hegemony of society; it is in these moments of crisis that spaces are created for extreme right-wing forces to organize and present themselves as an alternative to power. The study of fascism as it has presented itself in the past and as it presents itself in the present is the central theme of this panel. To think of current fascism as suggested by Alain Badiou, as "democratic", given that institutions in appearance function normally, and to elucidate this phase of an excluding globalization, which affects mainly the workers, and which includes regimes in its fascist form, seem to be subjects to be studied thoroughly.

Keywords: Democracy; fascism; labor.

Artigo recebido em: 19/04/2024 Aprovado em: 20/07/2024
DOI: <https://dx.doi.org/10.18764/2178-2865v28nEp.2024.17>

* Com a contribuição de Joana A. Coutinho na proposta da mesa e na sistematização dos textos.

* Doutor em História Econômica (USP), membro do Grupo de Estudos GEHLAL e do Núcleo Práxis-USP e coordenador do GEPOPS – Grupo de Estudos e Pesquisas em Ontologia do Pensamento Social.

** Doutor em Políticas Públicas (UFMA) Professor de Economia (UFMA).

*** Doutora em ciências Sociais: Política (PUC-SP) e Professora da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA.

1 INTRODUÇÃO

Este texto é fruto da mesa temática, organizada pelo GEHLAL na XI Jornada de Políticas Públicas, intitulada *As faces do fascismo no mundo contemporâneo* e da mesa *A fascistização no mundo contemporâneo: da crise da democracia liberal capitalista ao irracionalismo: rebatimentos na América Latina*. Este trabalho, portanto, reflete em grande parte as discussões travadas sobre o fascismo, e se divide em três partes: a primeira discute a contribuição do peruano, José Carlos Mariátegui, sobre o fascismo; a segunda reflexão diz respeito ao seu reaparecimento, quando era esperado o triunfo da democracia e da liberdade; e, por fim, aborda ainda os reflexos do fascismo no mundo do trabalho.

2 ABORDAGEM DE JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI SOBRE O FASCISMO

Nos anos da guerra do Peru e Bolívia com o Chile (1879-1883), Mariátegui assinalou que, enquanto os “brancos” se confraternizavam com o exército chileno na capital invadida, foram os indígenas e mestiços que mantiveram a resistência. Gonzales Prada foi um grande polemista e escritor; em seu livro, *Nuestros indios*, um marco literário e intelectual, negou o evolucionismo raso e anticientífico que afirmava uma suposta superioridade racial branca sobre as demais raças. Trouxe o debate para a questão econômica e social; na sua perspectiva, o problema indígena só seria enfrentado com a Reforma Agrária e o respeito às terras e tradições originárias. Prada também foi o primeiro poeta a usar a estética modernista na América Latina; era simpático às ideias anarquistas e ao positivismo, influenciando gerações com sua defesa da soberania peruana e das causas indígenas.

Após a deposição do governo progressista e social de Guillermo Billinghurst (1912-1914), Rumi Maqui, treina um exército indígena e marcha sobre as fazendas, entre 1915 e 1916. Gutiérrez atuou no campo, forçando a luta pela terra e pela reforma agrária. Foi preso e fugiu da cadeia, publicou uma carta, explicando os motivos da revolta indígena, e se exilou na Bolívia. José Carlos Mariátegui e alguns poucos jornalistas escreveram sobre a revolta e sobre os motivos que levaram os indígenas e os camponeses pobres ao combate. Foi dessa maneira que Mariátegui aproximou-se das causas sociais e do socialismo.

2.1 Mariátegui na Europa

O José Carlos Mariátegui que chegou à Europa era o jovem ativista socialista, que deixaria de lado as “tertúlias literárias”, e passaria a se dedicar à política. Na Europa, e mais

precisamente na Itália, desenvolveria seu marxismo, imergindo na efervescência político-intelectual que agitava o país. Conheceria artes, poesia, música e travaria contato com diversos intelectuais, como Gorki, Gobetti, Croce e outros. Mariátegui se propôs a “conhecer a Itália sem literatura”, tentando entender o seu cotidiano e as suas contradições. É isso que está representado em seus escritos. O tempo da correspondência é largo e, portanto, não há como fazer a cobertura *in loco*. Assim, seus escritos não são meras reportagens, mas análises que cuidadosamente observam os principais personagens e o conjunto de ideias que mobilizam atrás de si. Dessa maneira, muito mais que observar Nitti, Croce, Serrati, Gentile, D’Annunzio, Giolitti, Marinetti ou Mussolini, ele estava analisando de que forma esses atores e suas correntes de pensamento se apresentam no cenário da política.

Mariátegui observou que o tabuleiro da política é tenso, com um vaivém envolvendo centralmente a crise dos socialistas, que se dividem em três correntes: a reformista, organizada na União Socialista Italiana vinculada à II Internacional; a corrente de centro, ligada ao Partido Socialista Italiano e que manteve uma proximidade com a III Internacional Comunista; e a esquerda, que mais tarde dará origem ao Partido Comunista Italiano. A indefinição é a marca política que estará presente nos embates reais ou teóricos que se apresentam; os enfrentamentos que estão vinculados à colaboração aos governos burgueses, à fé na lógica parlamentar, de um lado, e à opção leninista da ala esquerda pela Revolução Socialista, de outro, marcam o debate.

Mariátegui narrou a habilidade de governantes como Francesco Nitti e Giovanni Giolitti que, ao cederem às pressões sindicais e camponesas, apostando na limitação economicista do programa dos socialistas, acomodaram as classes operárias e populares ao limite de seu ganho, dentro da ordem, e assim detiveram o avanço da revolução (MARIÁTEGUI, 1994, p. 928). A luta de classes e suas frações se apresentam principalmente nas correntes de ideias observadas na imprensa, movimentos culturais e parlamento. Dessa forma, Mariátegui apresentou um apanhado das principais correntes intelectuais e de seus órgãos de imprensa, como os jornais e periódicos da época, nos quais os interesses de classes (e suas frações) estão representados. De igual maneira, observou o movimento futurista de Filippo Marinetti e sua visão nacionalista arisca como “quase uma filosofia” e como “um dos elementos espirituais do fascismo” (MARIÁTEGUI, 1994, p. 930).

O esforço de Mariátegui centra-se em entender o movimento fascista, especialmente por ter atraído a maioria dos intelectuais. No primeiro momento, sua análise foca mais em Gabriele D’Annunzio do que em Benito Mussolini. Mariátegui tem admiração pelo poeta e julga que a ação e a Constituinte escrita em Fiume, a *Carta del Carnaro*, foi uma obra inovadora; essa visão romantizada mostra que, no primeiro contato, ele ainda não tinha a dimensão do fascismo e não conseguia entender de que forma o corporativismo poderia ser usado para subjugar as classes trabalhadoras (CALLIL, 2010).

Gabriele D'Annunzio foi enaltecido como um semideus pelo grupo de jovens intelectuais da efêmera revista Colónida. Suas poesias e seus gestos eram admirados, e Mariátegui era um dos seus admiradores; ele escreveu um artigo em 1915 sobre o "D'Annunzio e a Guerra" em que enaltece a ação guerreira do poeta.

Robert Paris chamou atenção que foi igualmente em D'Annunzio onde Mariátegui processaria suas maiores rupturas. O primeiro artigo que escreveu na Itália para o jornal *El Tiempo* foi o *Estatuto do Estado Livre de Fiume*; neste texto, demonstrou que a imprensa no geral deu pouco espaço à *Carta de Carnaro*, a qual Mariátegui chama de Constituição Poema, compreendendo que era uma "bela obra poética", mas que como obra poética "val[ia] menos que a Gioconda". Explica então que a poesia de D'Annunzio não era capaz de entender a realidade e a política (MARIÁTEGUI, 1994, p. 766-772).

Observa que, em Gabriele D'Annunzio, não há projeto político, não há ideologia, o que importa é a ação e o gesto. O poeta guerreiro não cabe dentro de um partido político, não tem a disciplina ideológica e partidária. D'Annunzio é alguém preocupado com seu próprio gesto, sua própria estética. O artigo *D'Annunzio e o fascismo* se inicia assim:

D'Annunzio não é fascista, mas o fascismo é d'annunziano. O fascismo usa consuetudinariamente uma retórica, uma técnica e uma postura d'annunziana. O grito fascista de "Eia, eia alalá" é um grito da epopeia de D'Annunzio. As origens espirituais do fascismo estão na literatura e na vida de D'Annunzio. Ele pode, portanto, renegar o fascismo; mas o fascismo não pode renegá-lo. D'Annunzio é um dos criadores, um dos artifices de estado de ânimo no qual se incubou e plasmou o fascismo (MARIÁTEGUI | 1994, p. 295).

Para Mariátegui, trata-se de um problema central da intelectualidade a proposição de fórmulas racionais às multidões, enquanto elas precisam de fé. O momento da crise política expressa o momento do "renascimento do herói, do mito e da ação". D'Annunzio simbolizou esse momento. Numa observação mais ampla sobre os movimentos vanguardistas europeu e refletindo sobre os movimentos e os artistas da Itália, nos diz: "O declínio da civilização capitalista reflete-se na atomização, na dissolução de sua arte. Arte, nesta crise, perdeu sobretudo a sua unidade essencial [...]. As escolas se multiplicam até o infinito porque apenas as forças centrífugas operam" (MARIÁTEGUI, 1994, p. 1.009).

Conforme o fenômeno fascismo ia ganhando dimensão nacional e avançava para conquistar o poder, Mariátegui ia mudando seu ponto de vista. Já em 1921, apresentou uma compreensão mais apurada sobre o fascismo, qualificando-o como "uma milícia civil antirrevolucionária; já não representava somente o sentimento da vitória; já não era exclusivamente um prolongamento do ardor bélico de guerra; então, significava uma ofensiva das classes burguesas contra a ascensão das classes proletárias" (MARIÁTEGUI, 2010, p. 148).

AS FACES DO FASCISMO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Mariátegui buscou entender o fascismo nas palavras dos líderes, observou uma ausência de programa, compreendeu a reação fascista como “movimento romântico, anti-histórico e voluntarista”. As ideias dos líderes fascistas são um conjunto de opiniões que se compõem como algo místico, tentando formular um ente coletivo acima das classes, dos grupos ou indivíduos: a nação. O interesse nacional estaria acima de tudo; “o fascismo não é um programa, é uma ação. As coisas escritas no programa geral do fascismo estão escritas com mais precisão em outros programas da política italiana” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 180).

Igualmente, ele observou que a construção de coesão dessas frações era feita por meio do desenvolvimento de mito: a nação proletária, a italianidade, a nova Roma etc., nos quais são tomados como referência o espaço e a história nacional; esses mitos se contrapõem aos mitos do socialismo e da revolução. Mariátegui também observou que o fascismo era um movimento formado por vários estratos da pequena burguesia e setores médios, que se afirmaram negando a política e criticando a burguesia e o proletariado. O movimento prometia um novo modelo de Estado, todavia sem possuir um programa político-econômico. Na verdade, o programa econômico dos fascistas é o próprio programa liberal burguês. Um programa está definido pelas suas raízes de classe na universalidade do Estado. Quem determina e define o modelo de seu funcionamento são as classes fundamentais: burguesia e proletariado. Segundo seu ponto de vista, as classes médias seriam incapazes de propor um programa e apresentar soluções estruturais ao Estado, sem que ele estivesse subsumido por uma das duas classes fundamentais da sociedade capitalista. A seu ver, a pequena burguesia, ao se colocar em movimento, buscaria uma aliança com uma ou outra classe estratégica.

O fascismo é um

[...] exército contrarrevolucionário mobilizado contra a revolução proletária, num momento de febre e de belicosidade pelos diversos grupos e classes conservadores. O fascismo é, por conseguinte, um instrumento de guerra. Sua ação não pode ser senão violenta. A paz significa para ele a inação, a desocupação (MARIÁTEGUI, 2010, p. 179).

Mariátegui chamou atenção para a composição do fascismo, negando que ele fosse um movimento homogêneo, e sim heterogêneo. Só pode existir período de grande crise do Estado e deflagração da guerra entre as classes, nos lembra da frase de Lenin, em Teses de abril, “quando os de cima não podem mais seguir governando como antes e quando os de baixo não querem mais”; então, ou haverá uma saída revolucionária ou a reação violenta. Em sua opinião, o processo de guerra fez com diversas frações de classes migrassem para o fascismo. Em um momento de paz e de funcionamento das instituições, esse movimento refluiu. Mariátegui observa ainda que:

[...] a burguesia armou o fascismo [...] assustada pelas chances da revolução, a burguesia armou, abasteceu e estimulou solicitamente o fascismo e o empurrou à perseguição truculenta do socialismo, à destruição dos sindicatos e cooperativas revolucionárias, à

quebra das greves e insurreições. O fascismo se converteu, assim, numa milícia numerosa e aguerrida e acabou por ser mais forte que o próprio Estado (MARIÁTEGUI, 2010, p. 217-289).

Por isso, a reação contra a política externa derrotista formulada pelos governos liberais visava resgatar o orgulho do soldado italiano que combateu na Grande Guerra, que, então, se sentia humilhado e esquecido numa sociedade com graves crises econômica e política. A violência do fascismo seria uma resposta à violência totalitária dos socialistas bolcheviques. Todavia, enquanto os socialistas agem em nome de uma classe e de seus interesses, os fascistas agem (supostamente) em nome de toda a nação. Por isso, os camisas negras combatiam a todos que se colocavam ao lado da especulação, da agiotagem, do lucro sem trabalho e/ou do interesse particular de uma única classe.

Nas ações hábeis e teatrais de Benito Mussolini e nas forças de seus artigos publicados no *Il Popolo d'Italia*, o confuso discurso fascista ganhou um sentimento capaz de mobilizar setores descontentes com o liberalismo e com a ação socialista do proletariado e dos camponeses. Mariátegui, igualmente, percebeu que o movimento fascista só poderia se manifestar porque houve uma falência das instituições do Estado burguês. O Estado estava paralisado e já não conseguia construir o consenso e a coerção as forças proletárias e camponesas que se contrapunham ao Estado. Dessa maneira, o movimento fascista é a política de reação burguesa dentro de um Estado que está se desagregando, é a política burguesa na ilegalidade. Essa, porém, é uma ação organizada, pensada, porque a burguesia compreende que, na legalidade, é impossível vencer as forças opositoras. Essa ação é feita para preservar a burguesia e o Estado burguês. O fascismo age como um exército, um instrumento de guerra da contrarrevolução, pois ele não age buscando o debate ou o diálogo, mas sim buscando o aniquilamento do opositor; o centro da ação é a violência contra os opositores. Mariátegui afirmou que as pessoas não têm medo das ideias do fascismo, seja sobre corporativismo, política ou economia; o fascismo assusta especialmente pela sua truculência.

O fascismo se propunha a ser mais que um “fenômeno político, um fenômeno espiritual”, que afirmaria a vitória dos combatentes na Grande Guerra, que desprezaria aqueles (como os socialistas), que foram pacifistas ou contrários à guerra. Daí arregimentava estudantes, oficiais, intelectuais, nobres, empregados, camponeses e proletários (MARIÁTEGUI, 1994, p. 933). Os métodos fascistas são destacados por Mariátegui como a intimidação e a violência mediante tortura contra os opositores de esquerda, a exemplo do deputado socialista Giacomo Matteotti, assassinado pelas falanges, ou contra os liberais — como José Carlos Mariátegui deixou claro que o espírito da reação não era a afirmação do novo, de uma revolução, mas a defesa incrustada da ordem burguesa e do capitalismo. O espírito do capitalismo e de seus valores era o verdadeiro componente policrômico da

religião fascista, como faz lembrar ao narrar o financiamento das classes burguesas ao movimento e à ditadura.

Mariátegui observou que o fascismo foi saudado e apoiado pelas classes dominantes na sua ação contra os movimentos proletários e camponeses; mas, a partir do momento que passou a ameaçar o Estado Liberal italiano, as liberdades individuais, ameaçando os setores democratas, liberais e monarquistas, grandes contingentes da burguesia passaram a se opor ao movimento. O que impediu a derrota do fascismo naquele momento foi a divisão das classes proletárias e a falta de um programa claro e uma aliança com as classes tradicionais, tendo como foco a questão democrática. Mariátegui via a necessidade de unidade das forças socialistas (USI, PSI e PCI) e, tal qual Engels em suas cartas a Turatti, a formação de um bloco com as forças liberais e democráticas frente à ditadura. Percebeu que a ação violenta e a censura à imprensa desarmaram a comunicação das forças democráticas junto à sociedade. Dessa forma, a oposição parlamentar e as forças sindicais e sociais foram postas à margem e na ilegalidade, de modo simples, com pouca resistência e sem uma verdadeira oposição, triunfou a ditadura fascista (MARIÁTEGUI, 2010, p. 275).

De volta ao Peru, José Carlos Mariátegui continuou acompanhando o fascismo e as ações da extrema direita italiana e europeia. Compreendeu que “termin[ara] o período revolucionário europeu e que o período da reação começ[ara]”. Mariátegui buscou no seu diálogo com Gobetti e Sorel entender o fascismo e seus desdobramentos. No seu ponto de vista, o fascismo não era um partido, era um movimento, um espírito, preocupado em ser uma religião. Uma religião romântica, nacionalista, imperialista, antioperária e antirrevolucionária. Era manifestação de uma política burguesa contra o proletariado. Giovanni Gentile e Benito Mussolini assinalaram, na enciclopédia fascista de 1932, que o fascismo não era um pensamento político, mas uma religião da nação italiana.

Mariátegui chamava atenção para um dos elementos centrais da Revolução Reacionária ou Contrarrevolução: a ideia de destruição do indivíduo, segundo a qual o Estado se apresenta como acima da nação e dos indivíduos.

Por fim, Mariátegui acreditava que o fascismo faria tudo para chegar ao poder. E uma vez no poder, ele se tornaria uma ditadura burocrática parlamentar, adaptando-se às instituições liberais. Isso em 1922 ou 1923 era possível, mas a corrupção do governo Mussolini, que foi denunciada principalmente pelo deputado socialista Giacomo Matteotti, apontava a ditadura como saída para evitar a cadeia dos governantes. Mariátegui avaliava que o fascismo, por ser um movimento romântico, voluntarista, anti-história, faria todo o possível para manter-se no poder, inclusive negando a própria possibilidade da história.

3 SUBJETIVIDADES, FASCISMO E A COLONIZAÇÃO DA ESTRUTURA DAS SENSIBILIDADES

O reaparecimento do fascismo, curiosamente, é um fenômeno político que precisa ser localizado a partir da eleição de Trump nos EUA: é importante lembrar que o horror disparado é incontornável, assumindo formas ainda mais obscenas como, por exemplo, podemos identificar na eleição de Bolsonaro. O curto-circuito do entendimento é consequência de uma má compreensão cínica generalizada, que tentou traduzir os acontecimentos atuais dissociada da gramática social do fascismo. Adorno havia percebido que o “novo radicalismo de direita”, ou seja, “os pressupostos dos movimentos fascistas, apesar de seu colapso, ainda perduram socialmente, mesmo se não perduram de forma imediatamente política” (ADORNO, 2020, p. 45). Ademais, “o (novo) fascismo é a outra face do neoliberalismo” (LAZZARATO, 2019, p. 09), ou seja, precisa ser tratado como resultado do fracasso do neoliberalismo e que não pode ser reduzido a uma consequência meramente político-ideológica. É por isso que o fascismo de hoje precisa ser traduzido como “fascismo democrático” (BADIOU, 2020, p. 20), embora, mesmo que na aparência de uma designação paradoxal, o fascismo que temos hoje não é antitético à democracia.

Nesse sentido, o fascismo democrático é sintoma da dimensão particular da crise capitalista, permitindo que “a frustração, o medo e a angústia do homem endividado” tenham produzido “uma conversão da subjetividade” (LAZZARATO, 2019, p. 53) ao novo radicalismo de direita. É o desastre da economia capitalista que produziu diretamente a possibilidade do fascismo como alternativa política. Por outro lado, o desaparecimento do horizonte de expectativas de uma alternativa de mundo (socialista, comunista, em suma, pós-capitalista), possibilitou que a subjetividade pessoal pudesse ser capturada pelo “realismo capitalista” (FISHER, 2020, p. 13), na sua atual fase de desastre, permitindo que aquilo que Raymond Williams chamou de “estrutura de sentimento” (WILLIAMS, 2009, p. 174) pudesse ser transformado em objeto prioritário da colonização capitalista.

A ideia principal aqui é discutir preliminarmente o reaparecimento do “novo radicalismo de direita” como fascismo democrático, não como uma guerra declarada contra a democracia, mas a partir de uma alteração profunda de seu funcionamento. Trata-se de perceber que o fascismo de hoje atua mediante a ‘vampirização’ da democracia e de uma mobilização ideológica vigorosa, em que as causas decisivas da crise imanente do sistema dominante são distorcidas como causas deslocadas. No lugar da luta de classes, o fascismo democrático substituiu o conflito fundamental por um tipo de guerra cultural que atribui e identifica como “inimigas” — da sociedade e que precisam ser expurgadas — as próprias vítimas do sistema dominante. É assim que a colonização do desejo aparece como decisiva, pois a subjetividade das pessoas comuns é transformada num campo importante de constituição de uma subjetividade fascista militante de legitimação — por dentro da democracia — da regressão

fascista no corpo social.

3.1 Fascismo e seus predicados

É preciso dizer que, dada a natureza do capitalismo contemporâneo, em que há uma semiotização dos fluxos econômicos e da subjetividade, o problema do desejo alcançou relevância significativa. Ao contrário da política tradicional implementada pela social-democracia e pelos partidos reformistas, o fascismo atual se metaboliza incidindo sobre os desejos imediatos das pessoas comuns. Mais uma vez, Adorno havia antecipado essa posição de maneira extraordinária:

Se quisermos contrapor objetivamente algo ao perigo objetivo, não bastará lançar mão de uma simples ideia, ainda que seja a ideia da liberdade ou da humanidade, cuja conformação abstrata, como vimos, não significa grande coisa para as pessoas. Se o potencial fascista se apoia em seus interesses, por mais limitados que sejam, então o antídoto mais eficaz, porque evidente em sua verdade, permanece sendo o de atender aos interesses das pessoas, sobretudo os mais imediatos (ADORNO, 2006, pp. 48-49).

Assim, Adorno sugere que a atuação do fascismo é eficaz porque ele se desenvolve no campo do desejo e da experiência pessoal dos sujeitos. Essa é a mesma posição elaborada por Félix Guattari, quando diz que “há uma política que se dirige tanto ao desejo do indivíduo quanto ao desejo que se manifesta no campo social mais amplo” (GUATTARI, 1981, p. 174). Enquanto a instituição fascista parece atuar sobre o desejo e a experiência micropolítica, as alternativas democráticas — o que inclui aqui as posições da esquerda radical —, insistem na elaboração de uma política em que a dimensão macroscópica está dissociada da economia libidinal do desejo.

O que temos são formas desenvolvidas de colonização do desejo, da subjetividade e da estrutura das sensibilidades. Há uma certa dissociação entre o desejo das massas e a arquitetura da política tradicional, da direita liberal à esquerda. O novo radicalismo de direita somente pode ser compreendido quando consideramos a potente frustração pulsional instalada nas pessoas comuns. A derivação é que o radicalismo de direita tem sido capaz de mobilizar o ressentimento recalcado — mas também seus interesses pessoais e políticos — e de transformá-lo em ódio político generalizado contra vítimas das consequências capitalistas e contra as políticas progressistas. Por isso que o problema da micropolítica do desejo é decisivo para pensar os funcionamentos do fascismo democrático e a elaboração de alternativas. Adorno e Horkheimer, atentos a uma certa economia política dos desejos e interesses, sugerem que tanto as vítimas quanto os agressores não possuem uma condição ontológica definida, mas são variáveis históricas importantes:

A cólera é descarregada sobre os desamparados que chamam a atenção. E como as vítimas são intercambiáveis segundo a conjuntura: vagabundos, judeus, protestantes, católicos, cada uma delas pode tomar o lugar do assassino, na mesma volúpia cega do homicídio, tão logo

se converta na norma e se sinta poderosa enquanto tal. Não existe um genuíno antissemitismo e, certamente, não há nenhum antissemita nato (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 142).

Podemos ver que o fascismo opera um complexo processo ideológico de manipulação, cujo objetivo é substituir a realidade por uma distorção ideológica, em que a “nova” realidade atua diretamente como uma função de verdade e de realismo político sobre as subjetividades pessoais constrangidas. O que temos como derivação imediata aqui é a limitação do campo de experiência pessoal (e coletiva), reduzindo a escala do mundo ao campo (limitado) de possibilidades corporificadas pelo fascismo democrático.

É disso que se trata a colonização das subjetividades (e das sensibilidades). Na verdade, o capitalismo global produz sistematicamente pobreza, formas brutais de exclusão e estigmatização, opressões, explorações, dominações e humilhações. Esse tipo de produção intencionada precisa ter seus efeitos deslocados das causas fundamentais para causas (secundárias) deslocadas. A resolução encontrada pelo fascismo democrático é a nomeação (substitutiva) de outros antagonismos no lugar dos antagonismos imanentes à dinâmica de exploração e de poder do sistema do capital como um todo.

O desejo é o campo de atuação da micropolítica fascista: suas formas de submissão são individualizadas, embora estejam diretamente interligadas à macropolítica fascista, ou seja, o realismo do fascismo democrático está justamente na capacidade que ele tem de impedir outros modos de imaginação política transcendentais e, sobretudo, no fato de que o mundo do desejo pessoal (e coletivo) esteja imediatamente ligado ao fascismo como forma de vida.

3.2 Fascismo e acontecimento

Alain Badiou sugere que o fascismo democrático seja definido dentro de um enquadramento global tenso, cindido por uma crise difícil, mas que é constituído por quatro termos dialéticos interessantes. Ele caracteriza a crise como marcada pelo “domínio estratégico do capitalismo global”, pela “decomposição da oligarquia burguesa tradicional”, pela “agitação e frustração dos povos” e pela “falta de uma outra orientação, a fragilidade — digamos a palavra — da hipótese comunista” (BADIOU, 2020, p. 26). Essa equação produz, ao mesmo tempo, a incapacidade de reprodução do centro dominante do sistema e o surgimento de alternativas política extremadas.

A questão decisiva que podemos elaborar: é o fascismo um acontecimento político? Trata-se de uma pergunta fundamental, não apenas pelos seus próprios termos, mas reveladora das nossas próprias respostas. Como pode o fascismo ser uma alternativa àquilo que ele permite, elabora e

produz? O fascismo democrático partilha, por exemplo, do neoliberalismo e da exploração capitalista. Suas principais figurações não representam outra forma de mundo, mas estão localizadas em pontos distintos do mesmo mundo dos neoliberais. O aspecto decisivo é que não há antagonismo substancial entre neoliberais e fascistas. A contradição irreconciliável está entre comunismo e fascismo como forma de vida e de mundo. Os termos dialéticos, na verdade, representam os modos de contenção — objetivos e subjetivos — do verdadeiro antagonismo subjacente. Alain Badiou chama de “Estado” ou “estado de situação”:

[...] o sistema de imposições que limitam justamente a possibilidade dos possíveis. Poderíamos dizer do mesmo modo que o Estado é aquilo que prescreve o que, em dada situação, é o impossível próprio dessa situação, com base na prescrição formal do que é possível. O Estado é sempre a finitude da possibilidade, e o evento sua infinitização (BADIOU, 2012, pp. 138-139)

Ou seja, o “estado de situação” esgota o potencial de transcendência política dos enquadramentos delineados dentro do sistema dominante, aquilo que impede a elaboração de um gozo que empurre as pessoas e suas subjetivações para fora do campo de possibilidades do próprio sistema de dominação existente. O fascismo democrático não apenas atua distorcendo causas e efeitos, manipulando afetos políticos importantes mas também interdita a imaginação política ampla. Ele faz com que os sujeitos desejem o que objetivamente obstrui a realização do seu desejo autêntico. Trata-se de desejar aquilo que realmente afasta as possibilidades transpassadas de gozo. Podemos dizer, então, que o fascismo produz pseudoacontecimentos, pois um acontecimento (ou evento) transforma o impossível em possibilidade concreta:

O que é importante aqui é notar que um evento não é a realização de uma possibilidade interna à situação ou dependente das leis transcendentais do mundo. Um evento é a criação de novas possibilidades. Situa-se não simplesmente no nível das possibilidades objetivas, mas no nível da possibilidade dos possíveis. O que também pode ser dito: em relação à situação ou ao mundo, um evento abre a possibilidade daquilo que, do estrito ponto de vista da composição dessa situação ou da legalidade desse mundo, é propriamente impossível. Se recordarmos que, para Lacan, temos a equação real = impossível, vemos de imediato a dimensão intrinsecamente real do evento. Poderíamos dizer também que um evento é advindo do real enquanto possível futuro dele mesmo (BADIOU, 2012, p. 138).

É importante destacar que o fascismo democrático objetiva assumir a liderança política do sistema dominante, e não o ultrapassar. Esse ponto é fundamental no sentido de tentar deslocar o fascismo de sua posição pretensamente radical — contra a corrupção dos partidos e do Estado; na defesa de costumes arraigados contra a modernização espoliadora; e na defesa da liberdade pessoal absoluta, mesmo que seu exercício produza sofrimento sobre pessoas e grupos sociais específicos etc. —, pois ele atua diretamente tentando tomar do liberalismo político e da socialdemocracia a própria direção do mundo existente.

Com efeito, o acontecimento propriamente dito somente pode aparecer quando “ele é inscrito por uma nomeação singular, a entrada em jogo de um significante a mais”. Trata-se sempre de uma suplementação da própria situação, embora “esse suplemento não [seja] nem nomeável nem representável pelos recursos da situação (sua estrutura, a língua estabelecida que lhe nomeia os termos etc.)” (BADIOU, 2022, p. 23). O tipo de mobilização operada pelo fascismo democrático, pelo contrário, serve para impedir que um acontecimento verdadeiro possa aparecer. Isso somente é possível quando a subjetividade — o desejo, a libido etc. — é manipulada por um tipo de objeto do gozo que colonize toda a subjetividade complexa dos sujeitos.

É importante pensar a reelaboração do diagnóstico do fascismo, bem como tentar repensar as alternativas. A primeira tarefa é se desvencilhar de uma interpretação do fascismo que seja negadora da democracia. Por essa razão que as noções de Adorno e Alain Badiou são fundamentais, pois tratam o fascismo como uma alternativa que funciona por dentro da democracia. Daí seu perigo e as dificuldades de combatê-lo.

Como consequência dessa posição, é necessário considerar que o fascismo democrático atua sobre o desejo, a subjetividade e estrutura das sensibilidades pessoais. Diante da crise sistêmica do capitalismo, o medo e a frustração são transformados em insumos explosivos na forma de política fascista. É nesse ponto que a microfísica do fascismo atua na tentativa de captura, distorção e colonização do desejo, da subjetividade e das sensibilidades imediatas das pessoas comuns. Qualquer alternativa ao fascismo precisa considerar suas complexidades, sutilezas e contradições funcionais.

A questão decisiva da ambiguidade democrática contemporânea é que o fascismo pode participar livremente — das disputas eleitoras e das eleições livres — como uma alternativa política, e defender “democraticamente” posições inaceitáveis e repugnantes. O impasse está não apenas nos contornos da democracia, seus limites etc., mas propriamente na inscrição do seu metabolismo inconsistente. A democracia é o semblante do metabolismo explosivo do capital (e do capitalismo). É por isso que o verdadeiro nome do problema não está nos seus excessos, mas na própria democracia (burguesa e liberal) como fato gerador da violência sistemática operada pelo poder dominante.

Trata-se da produção de um gozo internalizado, orientado para dentro da repetição do sistema dominante. Na verdade, numa época em que o capitalismo se encontra numa etapa regressiva, anti-humanista, incapaz de garantir democratização econômica, política e social ampla, o efeito imediato é a produção da liberação da violência interna generalizada. Assim, o nazismo identificou nos judeus o intruso que precisaria ser eliminado. No nosso tempo, o fascismo democrático traduz estrangeiros (mulheres, negros etc.) como intrusos que são objeto do ódio decisivo, do expurgo e da violência simbólica.

O que o fascismo democrático faz é agir como modo de contenção das linhas de fuga

para fora do capitalismo. A raiva, o ódio, o ressentimento, ou seja, os afetos políticos mais corrosivos, precisam ser metabolizados e canalizados para objetos falsos, que desloquem o problema decisivo a ser combatido para causas distorcidas. A responsabilização política precisa sempre estar distante das políticas oriundas do neoliberalismo e do capitalismo dominante. É sempre necessário que algum intruso ganhe corpo e assuma o lugar simbólico da concentração do ódio político. Todas as vezes que o fascismo identificar o problema, temos que saber que estamos diante de um falso impasse. O verdadeiro problema é o próprio fascismo e suas formas degeneradas de democracia. A libertação do gozo e das satisfações subjetivas regressivas deveriam ser o principal objetivo de todas as lutas que são realmente importantes na luta pela transformação do nosso mundo.

4 O TRABALHO NA CRISE DA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL

Na atual crise da globalização, deve-se atentar para as reestruturações capitalistas que, em meados dos anos 1970, atuaram para uma mudança da correlação de forças, estabelecidas desde o final da segunda guerra mundial sob o chamado compromisso fordista. A ofensiva era, em primeiro lugar, minar o poder dos sindicatos e, em segundo, impor a estabilidade monetária com a necessária disciplina orçamentária para conter o gasto público. Harvey (1993) foi um dos primeiros a apontar o que nomeou de transformações sólidas ou reparos temporários. Restaurar o antigo padrão produtivo significava lançar mão da acumulação flexível para instaurar as novas condições de exploração.

A respeito desta tendência colocada em curso, Antunes (2018) é enfático quanto à falácia da “nova era da felicidade” com o avanço das tecnologias da informação e a ilusão de uma sociedade digitalizada e teologizadas que levariam ao paraíso de um mundo sem trabalho. O mundo real (insiste o autor) é muito diverso do seu desenho ideal. No atual contexto, o que vigora nas plataformas digitais é o trabalho sem contrato para o qual não há previsibilidade de horas a cumprir e nem direitos assegurados. Trata-se de um processo contínuo de degradação do trabalho

[...] somente na sociedade capitalista seres sociais — em sua esmagadora maioria — são convertidos genericamente em trabalhadores, isto é, em seres cuja utilidade social fundamental é valorizar o valor e cuja necessidade singular insuperável é vender sua força de trabalho (FONTES, 2017, p. 52).

Desde que o direito ao trabalho foi derrotado em 1848, enfatiza autora, ficou, sim, a obrigação de vender força de trabalho e sequer precisa ser legal, pois se assenta na natureza das coisas numa sociedade expropriatória. Nas últimas décadas, intensificaram-se “expropriações secundárias” de diversos tipos e os contratos precários de trabalhos atingem a grande maioria dos trabalhadores. No Brasil, a contrarreforma trabalhista de 2017, sancionada pelo governo Temer,

normalizou a flexibilização exigida pelo mercado, aprovada em um contexto já bastante acentuado de precarização do trabalho, com uma taxa de desocupação de 12% no trimestre encerrado em outubro de 2017. Nesse mesmo período, a informalidade, também, atingiu 36% da população ocupada, e isso fez com que aumentasse, significativamente nas empresas do setor de serviços, o trabalho intermitente segundo dados do CAGED em 2018. Implementada pela lei 13.467, a reforma trabalhista teve como desdobramento o crescimento dos contratos atípicos, com o rebaixamento do custo da força de trabalho.

Em países de capitalismo dependente como o Brasil, o binômio neoliberalismo e superexploração do trabalho produz formas ainda mais degradantes de precarização, por isso as reformas trabalhistas e previdenciária têm sido um aspecto da luta mais radicalizada da classe trabalhadora em diversos países. Por outro lado, o caráter aviltante da força de trabalho praticado sob governos sociais-democratas e de esquerda contribuiu para entrada em cena de diversas formas de fascismos e para o avanço da extrema direita em escala global.

Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o desemprego global atinge, hoje, 208 milhões de trabalhadores. Quase dois terços da força de trabalho estão na informalidade, cerca de 2 bilhões; logo a tendência crescente que se percebe é da precarização estrutural do trabalho (daqueles sem direito de ter direitos). Vivencia-se a plenitude de um período histórico em que a força de trabalho humana é descartada diariamente, aumentando, enormemente, o que Marx denominou de exército industrial de reserva. Segundo Antunes (2018), mais que nunca, bilhões de homens e mulheres dependem, de forma exclusiva, do trabalho para sobreviver e, encontram cada vez mais situações instáveis e precárias, além do flagelo do desemprego. Ao mesmo tempo, aqueles que se mantêm empregados vivenciam a corrosão dos seus direitos e desativação de conquistas históricas.

Em várias regiões da Amazônia, a realidade do mundo do trabalho é de convivência entre as mais arcaicas estratégias de exploração da força de trabalho (como o trabalho escravo) combinada com sofisticado processo de exploração. É nesse contexto da globalização neoliberal que as diferentes faces do fascismo ganham formas concretas, embora, na sua caracterização atual não possa ser idêntica ao fascismo clássico, justamente por ser produzido por uma outra temporalidade histórica.

4.1 O fascismo e o novo proletariado

No auge do fascismo — a saída violenta para a crise —, como já foi assinalado aqui, a ideologia fascista, aparecia como um oásis em meio a catástrofe. A hostilidade ao patrão, como descreve João Bernardo” servia de pretexto para promover a conciliação de classes a nível nacional”, e

AS FACES DO FASCISMO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Mussolini entusiasmava com a “sua oratória uns operários tão sensíveis às conveniências do Estado e do capital em geral”. Deste discurso inflamado nascia o corporativismo nacional. Em pouco tempo, os operários socialistas estavam banidos das organizações operárias:

Disciplinar o proletariado de maneira eficaz foi uma das faces do mesmo processo que, na outra face, promoveu a ascensão dos gestores. Tratava-se de salvar da burguesia aquilo que podia ser salvo. Nos primeiros tempos do regime a orientação oficial consistiu em absorver na medida do possível a velha classe dominante, sem a destruir (BERNARDO, 2015, p. 45)

O fascismo, como descreve Georgi Dimitrov, prometeu aos operários salários justos, mas na realidade lhes restou condições de vida miseráveis; prometeu trabalho aos desempregados, mas a eles lhes coube mais fome e miséria e o trabalho forçado. O fascismo converte os operários e os desempregados em párias da sociedade capitalista; destrói as suas organizações e usa da força para submetê-los às organizações fascistas. Se, no passado, a estratégia era dizimar as organizações socialistas dos operários, o fascismo contemporâneo tenta engrossar a ideia de que ter patrão é coisa do passado, todos agora podem ser empreendedores, patrões de si mesmo, o que leva a uma ‘autosuperexploração’. Assim, esses trabalhadores tornam-se porta aberta para a ideologia do novo fascismo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lucio Flavio. “Lutas sociais e questões nacionais na América Latina”: algumas reflexões. In: **Lutas sociais** 17/18 NEILS- PUC/SP.

ADORNO, Theodor W. **Aspectos do novo radicalismo de direita**. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

ADORNO, Theodor W. “O que significa elaborar o passado”? In: ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços da era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BADIOU, Alain. **Manifesto pela filosofia**. São Paulo: Lavrapalavra, 2020.

BADIOU, Alain. **Trump**. Lisboa: VS. Vasco Santos Editor / Presses Universitaires de France.

BERNARDO, João. **Os labirintos do fascismo**. Porto: Afrontamentos, 2018.

BORDIGA, Amadeo; GRAMSCI, Antonio. **Conselhos de Fábrica**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CALLIL, Gilberto. **A experiência italiana e o desenvolvimento do marxismo de José Carlos Mariátegui** (1920-1922). Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina: Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI, 14 a 17 de setembro de 2010, Londrina, UEL.

ENGELS F. **Cartas de Engels a Turatti**. Disponível em: <https://www.marxists.org/italiano/marx-engels/1895/socialismoitalia.htm>. Acesso em: 30 set. 2019.

FISHER, Mark. **Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FONTES, Virginia. "Capitalismo em tempo de uberização: do emprego ao trabalho". **Revista Marx e Marxismo**- Revista do NIEP-MARX, 2017.

GALASTRI, Leandro Oliveira. Il Biennio Nero. "Fascismo, Antifascismo e Violência Política". **Revista Tempo Social**, São Paulo, v.2, n. 31. 2019.

GUATTARI, Félix. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo**. São Paulo: Editora brasiliense, 1981.

KONDER, Leandro. **Introdução ao Fascismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

LAZZARATO, Maurizio. **Fascismo ou revolução?** O neoliberalismo em chave estratégica. São Paulo: N-1 edições, 2019.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **As origens do fascismo**. São Paulo: Alameda, 2010.

_____. **Obras Completas**, Tomo I. Lima: Minerva, 1994.

_____. **Obras Completas**, Escritos Juveniles, La Edad de Piedra. Tomo II. Lima: Minerva. 2022.

MARINI, Rui Mauro. **Dialética da dependência**. São Paulo: Expressão Popular, 1973.

PARIS, Robert. **As origens do fascismo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

_____. **La formación ideológica de José Carlos Mariátegui**. Cidade do México: Caderno de Pasado y Presente, 1981.

PERICÁS, Luis. Prefácio. *In*: MARIÁTEGUI, José Carlos. **As origens do fascismo**.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo y literatura**. Buenos Aires: Las Cuarenta, 2009.